

ASPECTOS DA PERCEPÇÃO E VALORAÇÃO DE PAISAGENS DO NÚCLEO SANTA VIRGINIA, PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR, (SP), BRASIL

Solange T. de Lima-Guimarães¹

INTRODUÇÃO

“O olhar não seria apenas comparável à luz que entra e sai pelas pupilas como sensação e impressão, mas teria também propriedades dinâmicas de energia e calor graças aos seus enraizamentos nos afetos e na vontade. O olhar não é apenas agudo, ele é intenso e ardente. O olhar não é só clarividente, é também desejoso, apaixonado”.

Alfredo Bosi (1988)

Os estudos sobre os processos de percepção e valoração das paisagens protegidas se inserem no campo da gestão ambiental do patrimônio paisagístico natural e cultural, envolvendo ainda as consequências ou efeitos derivados de conflitos e contradições refletidos nas diferentes interpretações e representações ambientais da realidade espaciotemporal, vivida simultaneamente por vários segmentos da população, de modo a ordenar novos traçados, diretrizes e funções, demarcando assim, lugares e territórios mediante campos de visibilidades e significâncias. (LIMA, 1990; 1997; GUIMARÃES, 2007; 2011a; GUIMARÃES e ROBIM, 2011).

Considerados estes aspectos relativos às paisagens naturais, construídas ou ecléticas, temos que estas são avaliadas e valoradas continuamente, passando a serem qualificadas por meio de uma multiplicidade de valores culturais, estéticos, científicos, geo-históricos, ecológicos, etc., gerando distintas categorias de *recursos paisagísticos* que, por sua vez, constituem os bens ambientais de uma comunidade. (BURLE-MARX, 1977, p.40).

No caso da gestão ambiental de áreas protegidas, especificamente em termos do planejamento paisagístico correlacionado à implantação, regulação e ao desenvolvimento de atividades ligadas aos programas de uso público e referentes às

diversas modalidades do turismo em Unidades de Conservação (BRASIL, 2000), devemos propiciar o uso dos conjuntos de paisagens segundo suas funções antigas e/ou novas, com a finalidade de atingirmos um equilíbrio entre o uso potencial e efetivo da paisagem atual, percebida e valorada também como um atrativo turístico, porém, garantindo sua conservação e salvaguarda.

Assim, devemos ter em conta as restrições de caráter quanti-qualitativo naturais e culturais, bem como as legais e socioeconômicas, tendo em vista as questões referentes às peculiaridades das diferentes categorias de Unidades de Conservação (UCs), diante das possíveis e frequentes justaposições, das diferenças geográficas locais e regionais das unidades de paisagens, das comunidades humanas existentes, e da necessidade de ajustes e adaptações requerida para cada realidade ambiental específica, de modo a assegurar a qualidade ambiental e de vida nestas áreas.

A análise dos níveis de percepção referentes ao significado dos recursos paisagísticos contribui também para compreendermos a relevância das variáveis envolvidas na proteção dos seus componentes, estruturas, funções, valores, qualidades e atributos estéticos, geográficos, histórico-arqueológicos e ecológicos, entre outros. Estas considerações quando relacionadas ao turismo, e no caso em suas modalidades ambiental e rural, se justificam em função das demandas geradas pelo fluxo de visitação e da proteção das estruturas e infraestruturas dos conjuntos paisagísticos, visando manter, entre outros aspectos, a qualidade da experiência paisagística do visitante e propiciando transformações perceptivas pró-ambientais, bem como preservando a qualidade visual, simbólica e estética dos seus cenários. (GUIMARÃES, 2002; 2004; 2005; 2007; 2009; 2010; GUIMARÃES e ROBIM, 2011; LIMA, 1998).

Portanto, devemos considerar a importância e o entendimento dos significados, valores e representações relacionados à paisagem e ao meio ambiente pelos diversos segmentos das comunidades envolvidas, principalmente diante da previsão de cenários futuros concernentes à ocorrência de danos e processos de

deterioração. No que tange à seleção dos procedimentos relativos às medidas remediadoras, caso sejam circunstâncias sujeitas à reversibilidade ou não, é imprescindível tecermos uma análise dos filtros perceptivos que influenciam diretamente na compreensão dos impactos e riscos ambientais, e também na seleção e assimilação de comportamentos e atitudes *pró-ativos* e *pró-ambientais*.

Consideramos que a conservação e a preservação das zonas de todo um conjunto paisagístico, também depende da percepção positiva ou negativa de seus atributos e qualidades, exigindo medidas legais e técnico-científicas de gestão e manejo. Estas medidas têm a finalidade de assegurar processos valorativos favoráveis e a construção de imagens paisagísticas fundamentadas em sentimentos de topofilia, biofilia e hidrofília, mantendo assim não somente seu *status* de “atrativo”, mas destacando ainda as suas “marcas” originais (*landmarks*), sejam estas naturais, culturais ou ecléticas. Além destes aspectos, observamos as condições pertinentes às transformações relativas à variação da multifuncionalidade e significados de suas paisagens ao longo do tempo. (GUIMARÃES, 2004; 2005; 2007; 2009; GUIMARÃES e ROBIM, 2011).

Algumas das situações observadas nas áreas protegidas e que se encontram vinculadas à tutela dos recursos paisagísticos, se constituem referenciais indispensáveis para as políticas públicas destinadas à conservação, preservação, restauração, recuperação, reabilitação e revitalização de conjuntos paisagísticos. Estas conjunturas podem propiciar condições de salvaguardá-los frente aos delitos contra o patrimônio ambiental, mediante a aplicação de disposições legais e obrigações jurídicas (CUSTÓDIO, 2002), em referência aos planos diretores, planos de gestão, planos de manejo, entre outros instrumentos, devidamente aprovados pelas autoridades competentes.

Deste modo, para se pensar em planos, programas e projetos *integrados* e *integradores* pertinentes às políticas ambientais e socioeconômicas, é de fundamental importância a adequação das diretrizes, seleção de estratégias e ações coordenadas para manter a viabilidade, a visibilidade e a valoração positiva dos

aspectos cênicos e simbólicos dos recursos paisagísticos. Estes não devem ser percebidos unicamente como lugares de interesse turístico, mas também como incorporadores de significados, ao representarem alternativas de geração de renda e desenvolvimento numa perspectiva de sociedades sustentáveis, com o objetivo de garantir as condições de proteção e de manutenção específicas para cada categoria de recurso paisagístico, em consonância com as diretrizes e recomendações internacionais e à legislação nacional vigente. (GUIMARÃES, 2004; 2005; 2007; 2009; 2010; 2011; GUIMARÃES e ROBIM, 2011; ANTONIO, 2006; LIMA, 1998).

Sob este prisma, a proteção das paisagens naturais e construídas, considerados os interesses e valores associados às questões das diversas instâncias que tratam de sua riqueza patrimonial, deve realizar-se em consonância a uma gestão ambiental integrada, participativa e cooperativa, concomitantemente ao desenvolvimento contínuo de programas de educação ambiental e patrimonial, dirigidos a todas as comunidades abrangidas, em função da reciprocidade de seus interesses e ações desenvolvidas. Destacamos o valor da paisagem como um conceito integrador de outros sistemas ambientais, cabendo ao sentido da proteção e tutela das paisagens, um papel como fator essencial na conservação e preservação da biodiversidade, da pluralidade cultural, da heterogeneidade das estruturas, funções, dinâmicas e flutuações que asseguram a estabilidade e a salvaguarda dos patrimônios natural e construído. (ECNC, 1997; GUIMARÃES, 2007; GUIMARÃES e ROBIM, 2011).

Também podemos analisar diante dos inter-relacionamentos de circunstâncias que delineiam os cenários em estudo, a percepção ambiental referente à intensificação, frequência e magnitude das ocorrências dos impactos e desastres ambientais adversos, nas áreas protegidas consideradas como destinos para a visitação turística. Com a geração crescente e contínua de áreas ou situações de riscos, temos como decorrências, efeitos causadores de desequilíbrios e ameaças à qualidade ambiental dos recursos paisagísticos, influenciando direta e indiretamente na qualidade de vida das populações, a exemplo das interferências negativas e prejudiciais derivadas das atividades antrópicas vinculadas à expansão

urbana irregular, poluição industrial e rural, desertificação, desmatamentos, conflitos bélicos, etc.

Estas situações ainda afetam os níveis de capacidade de suporte, carga e resiliência dos ecossistemas naturais e construídos abrangidos pelas unidades e conjuntos paisagísticos, já que podem abranger a sucessão de várias etapas referentes aos estados de reversibilidade ou irreversibilidade das condições ligadas aos processos de degradação ou deterioração. Os aspectos pertinentes à resiliência das populações humanas frente a circunstâncias ambientais extremas ou não, marcadamente de efeitos adversos e associados a eventos severos, também devem ser levados em conta.

Para tanto, temos que observar e avaliar a interseção de indicadores ambientais, registros e marcas no conjunto do fenossistema e do criptossistema da paisagem, tendo em vista o histórico da interatividade dos sistemas socioculturais, econômicos e ecológicos, da frequência dos fluxos de visitantes, densidade demográfica e as estruturas internas e externas da paisagem, entre outros aspectos a serem avaliados necessariamente. (SEIBERT, 1978; BERNALDEZ, 1981; LIMA, 1998; GUIMARÃES, 2004; 2005; 2007; GUIMARÃES e ROBIM, 2011).

Ao analisarmos as peculiaridades da evolução geo-histórica e socioeconômica e cultural da paisagem do Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Santa Virginia (PESM-NSV), sendo esta considerada como um *patrimônio paisagístico* cuja *renovabilidade* pode ser muito relativa e questionável acerca da integridade de seus cenários ecléticos, nos encontramos, certamente, frente a conjecturas complexas que requerem reflexões mais aprofundadas. Assim, a percepção e interpretação dos vários contextos pertinentes às vulnerabilidades sociais e naturais se convertem em pontos focais, visto significarem riscos e ameaças constantes para a existência e conservação da paisagem do PESH-NSV, tanto no seu todo (*paisagem total*), ou para cada um de seus conjuntos em separado, caracterizados não só como unidades espaciais, mas como *sistemas de referenciais qualitativos*, que abarcam a inter-relação e a transposição de seus

distintos planos, criadores de sua identidade e imagens paisagísticas próprias. (SEIBERT, 1978: 07; GUIMARÃES, 2007; 2009; 2010; 2011, GUIMARÃES e ROBIM, 2011).

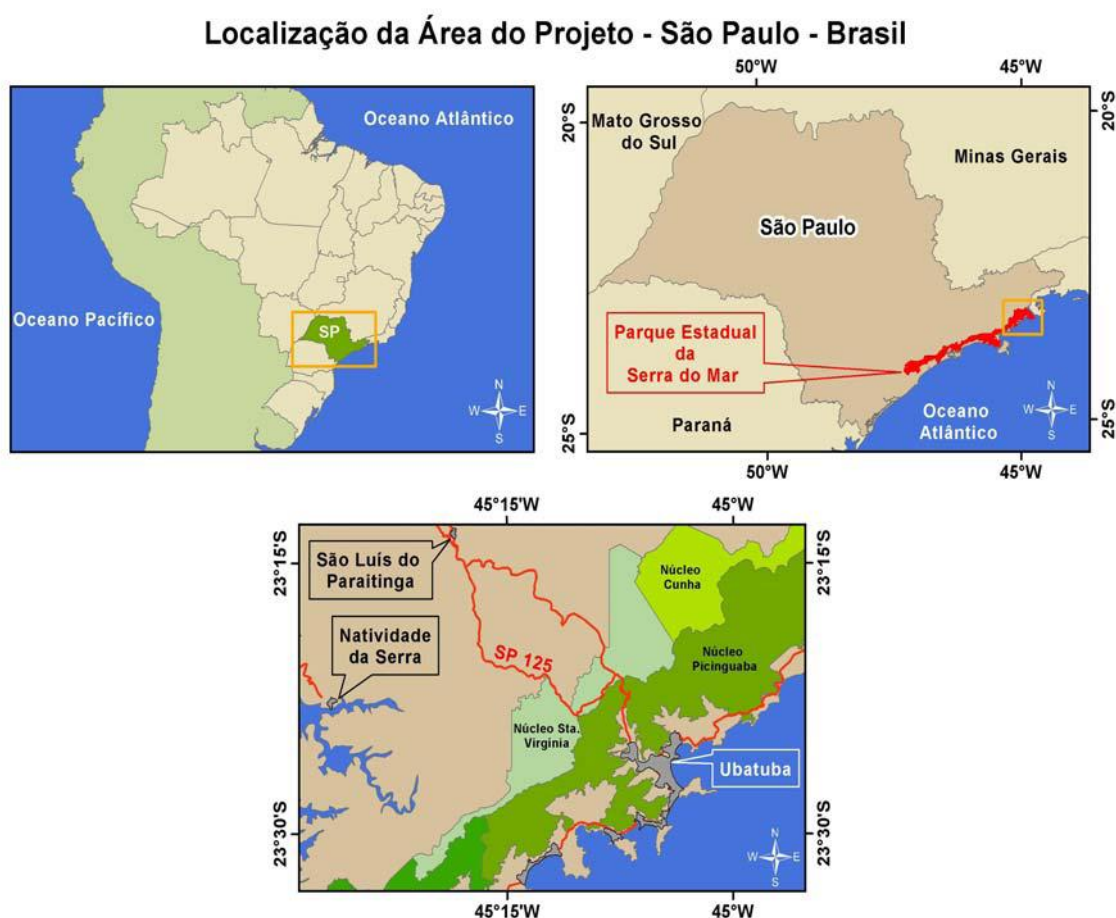
ASPECTOS E LOCALIZAÇÃO DA ÁREA

O Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) foi criado em 30 de agosto de 1977, mediante o Decreto Estadual nº 10.251, caracterizando-se como a Unidade de Conservação nacional com maior superfície florestal abarcada pelo domínio do Bioma Mata Atlântica (Floresta Ombrófila Densa Montana e Alto Montana), com cerca de 315.390 ha, abrangendo municípios do litoral e Vale do Paraíba, em São Paulo. (FUNDAÇÃO FLORESTAL DE SÃO PAULO, n.d; INSTITUTO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2006). (Fig.1).

O vale do rio Paraíba do Sul se apresenta geograficamente na direção leste-oeste, entre a Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira, com paisagens marcadas por uma topografia muito acidentada, apresentando altitudes superiores a 2000m, nos pontos mais altos e algumas zonas planas, e se caracterizando por um clima predominantemente tropical cálido e úmido, com variações determinadas pelas diferenças de altitude e à entrada de ventos marinhos. (INSTITUTO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2006; CEIVAP, n.d). Algumas destas áreas são bosques nativos, distribuídos na Serra da Mantiqueira e na Serra do Mar, e se caracterizam na atualidade por fragmentos, às vezes por manchas, devido à trajetória da ocupação relacionada aos ciclos económicos – café, produção leiteira e florestal (eucaliptos) – sem necessariamente estar conectados por corredores ecológicos. Cabe lembrar aqui, que várias situações específicas relacionadas à restauração dos fragmentos e corredores apresentam-se em processo de reversão, graças às ações contínuas e empenho pessoal de alguns gestores junto aos conselhos consultivos e às comunidades locais, através de diretrizes e estratégias de gestão participativa, de modo a fazer de vários segmentos destas comunidades, agentes parceiros e colaboradores.

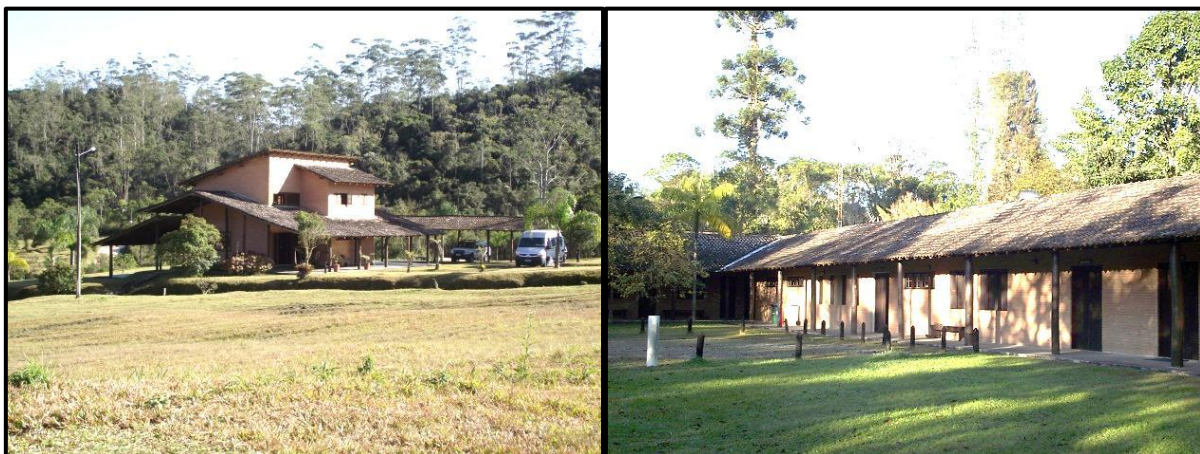
Quanto ao patrimônio paisagístico protegido, o PESM abrange áreas da *Reserva de Biosfera*, desde 1991, e integra através de sua inscrição em 1999, a *Lista de Patrimônio Natural Mundial*, como um bem a ser protegido no país – Mata Atlântica-Reservas do Sudeste SP/PR – compreendendo áreas florestais dos estados de São Paulo e Paraná, destacando-se variações de paisagens montanhosas cobertas por florestas, ilhas costeiras com montanhas isoladas ou dunas, pântanos, constituídas por cenários de grande beleza cênica e rica biodiversidade. (UNESCO, 2011). Ainda de acordo com a *Conservation International* (2007), a Floresta Atlântica é considerada como área *hotspot* no panorama internacional das áreas prioritárias para conservação.

Fig. 1: Localização do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia, estado de São Paulo, Brasil. Fonte: Villani (2007, p.30).



O Núcleo Santa Virginia (NSV), teve sua criação em 02 de maio de 1989, resultante das desapropriações das fazendas Santa Virginia e Ponte Alta, abrangendo os municípios de São Luiz do Paraitinga (sede), Natividade da Serra, Cunha e Ubatuba. Localizado na região geográfica do Vale do Paraíba, entre as coordenadas geográficas 23°20' de latitude sul e 45°03' de longitude oeste, apresenta uma superfície atual de 17.500ha (68% de domínio público e 32% de áreas particulares), com amplitudes altitudinais de 860 a 1650m, situando-se em uma estreita faixa do planalto atlântico entre as áreas da costa e do Vale do Paraíba. (INSTITUTO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2006).

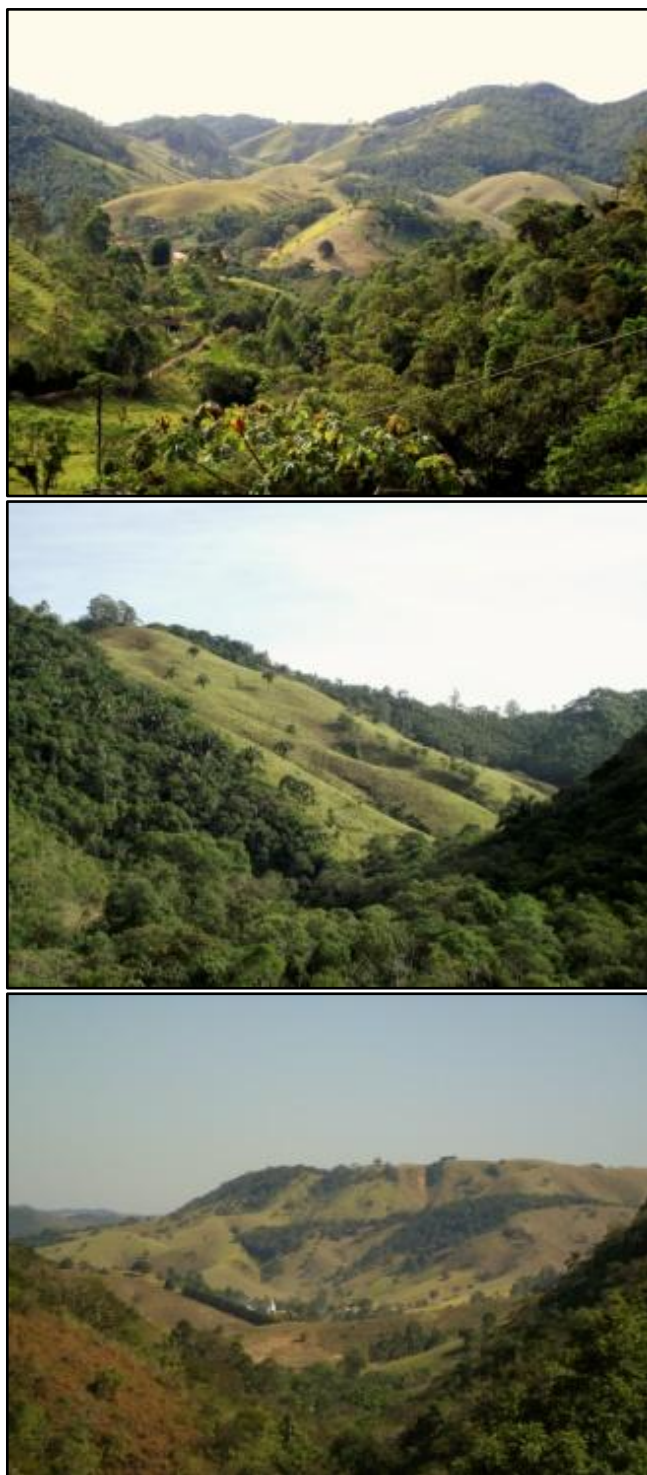
Figs. 2 e 3 : Vista da sede e do alojamento do PESM-NSV.
Fotos: Solange T. de Lima Guimarães, abril/2010



Já em termos de zoneamento, situa-se no Setor Norte do PESM, segundo seu Plano de Manejo, apresentando as seguintes zonas: Intangível, Primitiva, Uso extensivo, Uso intensivo, Uso conflitante, Recuperação, Histórico-cultural arqueológica, Especial, Ocupação Temporária e de Amortecimento. No contexto das áreas estratégicas determinadas pelas necessidades de ações dirigidas e integradas – *Áreas Prioritárias de Manejo* – está sob abrangência da *Área-9*, configurando-se como “Área de Ocupação Rural Adensada em Natividade da Serra, São Luiz do Paraitinga e Cunha”, caracterizada pela multifuncionalidade de sua paisagem, historicamente marcada por uma ocupação antiga ligada às atividades agropecuárias, registra até o presente vários problemas e conflitos de regularização

fundiária, tais como os jurídico-formais, possessórios, e de uso. (INSTITUTO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2006).

Figs.4, 5 e 6: Vistas dos cenários paisagísticos naturais do PESM-NSV.
Fotos: Solange T. de Lima Guimarães, julho/2011.



Figs. 7 e 8: Viveiros de mudas de juçara para projetos de restauração da mata nativa, em propriedades de parceiros do PESM-NSV. Fotos: Solange T. de Lima Guimarães, abril/2010.



O NSV está situado na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, que ocupa uma superfície total de 62.074 km², abrangendo os estados de São Paulo (14.510 km²), Rio de Janeiro (26.851 km²) e Minas Gerais (20.713 km²). Este rio é resultante da confluência dos rios Paraibuna e Paraitinga, nas cercanias da cidade de Paraibuna (SP), a 1800 m de altitude, com um curso de 1.150 km, antes de desembocar no Oceano Atlântico, no estado de Rio de Janeiro. Seu afluente, o rio Paraibuna, é de particular interesse para nossos estudos, principalmente porque apresenta em seu curso, cachoeiras e corredeiras muito utilizadas para práticas de *rafting*, inclusive na área do PESM-NSV.

Figs. 9 e 10: Cenários paisagísticos do curso do rio Paraibuna, na entrada e na área interna do PESM-NSV, respectivamente. Fotos: Solange T. de Lima Guimarães, abril/2010.



Ainda no campo das atividades turísticas, toda a região do NSV apresenta também outras possibilidades latentes ou não, de usos turísticos associados ao patrimônio cultural material e imaterial, consideradas como prioridades para as linhas estratégicas e opções de uso público da área, tais como trilhas étnico-históricas e ecológicas, cavalgadas, antigos caminhos tropeiros, sítios arqueológicos, contadores de histórias e lendas locais, rota gastronômica, eventos, festas folclóricas, relacionados com a cultura tradicional dos moradores, seja da zona interna ou dos arredores do PESM-NSV, representando uma multiplicidade de alternativas de desenvolvimento socioeconômico para a região, com bases mais sustentáveis.

Figs. 11 e 12: Antigos caminhos tropeiros, onde podemos observar remanescentes de muros de arrimo construídos com pedras, na Estrada de Santa Virgínia. Fotos: Solange T. de Lima Guimarães, julho/2011.



Figs. 13 e 14: Exemplos de antigas habitações rurais transformadas em pousadas na atualidade: casede tradicional de fazenda produtora de café (esquerda) e casa típica caipira (direita). Fotos: Solange T. de Lima Guimarães, julho/2011.



O ESTUDO DA PERCEPÇÃO E VALORAÇÃO DA PAISAGEM DO PESM-NSV

A respeito da metodologia de avaliação da percepção da paisagem do PESM-NSV, utilizamos uma adaptação da *Escala de Diferencial Semântico de Osgood*, construída por 40 pares de adjetivos bipolares agrupados em quatro temas – *qualidade da paisagem, preferência paisagística, qualidade da experiência ambiental, conservação ambiental* – com o propósito de medir os componentes relacionados à atitude e comportamento dos respondentes: *avaliação* (positivo/negativo); *atividade* (ativo/passivo) e *potência* (débil/forte). (OSGOOD; SUCI e TANNENBAUM, 1957; OSGOOD; MAY e MIRON, 1975; HEISE, 2010).

Esta escala foi aplicada a partir de uma coleção de 40 imagens fotográficas de diferentes pontos da paisagem natural e/ou cultural do PESM-NSV, o que resultou em planilhas-base de cada ponto interpretativo, tratando de relacionar os afetos aos atributos valorados de maneira positiva ou negativamente. A prova piloto foi constituída de 120 indivíduos, selecionados de acordo com as seguintes categorias: empregados do NSV, residentes, visitantes, população tradicional, empresários.

Esta avaliação das percepções ambientais concernentes à compreensão dos níveis atitudinais, comportamentais e valorativos, tornou-se fundamental para a avaliação das formas de interpretar e valorar algumas das áreas do NSV, segundo distintos pontos de vista; e conseqüentemente, para compreender também os traços de *mundividência* das comunidades envolvidas, refletidos na construção de suas representações sociais, sentimentos de arraigamento e relacionamentos topofílicos e biofílicos em relação ao PESM-NSV.

O estudo da percepção das comunidades e de outros grupos sociais na área interna e de entorno do NSV considerou as especificidades de suas experiências e percepções sobre as realidades ambientais cotidianas, envolvendo o delineamento e a justaposição de territorialidades e identidades, mais a importância da multifuncionalidade de suas paisagens, analisadas como sistemas de inter-relações.

Nestes cenários, a percepção e a valoração das atividades e construções humanas tangíveis ou não, constituem-se em aspectos dos mais significativos, contribuindo fundamentalmente para a compreensão e apreensão das transformações funcionais, dos atributos e qualidades pertinentes aos diversos contextos paisagísticos do PESH-NSV e das áreas de entorno.

No caso do NSV em particular, temos um caleidoscópio de paisagens urbanas, rurais e naturais que se alternam, se sucedem e se mesclam de modo simultâneo, na composição de cenários históricos desde a época do esplendor da cultura cafeeira na região, apesar de retratarem na atualidade certo estancamento socioeconômico, demonstrando situações de visível abandono em muitos dos seus lugares. Entretanto, as circunstâncias que nos remetem à percepção destas condições de relativa estagnação, não impedem a inclusão de novas iniciativas e processos capazes de gerar ou alavancar um desenvolvimento local e regional, de maneira a estimular ações sustentáveis em diferentes âmbitos, mediante a implementação de algumas modalidades mais responsáveis de turismo, propiciando a utilização integrada do patrimônio natural e rural, de modo a proteger simultaneamente seus recursos paisagísticos.

PAISAGENS EM RISCOS, VALORES EM CHOQUE...

"Necesitamos cambiar nuestra sociedad, nuestro estilo de vida, y para eso necesitamos nuevos valores y normas que nos acompañen y guíen ese camino." – Arne Naess

A combinação de cenários paisagísticos ecléticos no âmbito da área do PESH-NSV confere uma singularidade complexa em relação à imbricação dos aspectos geográficos, ecológicos, históricos, socioculturais, porém, nem sempre é percebida e valorada devidamente, apresentando incongruências perceptivas, tanto por parte da população local, como de visitantes, gestores públicos, corpo técnico-científico, empresários, entre outros. Na análise dos diferentes níveis perceptivos e valorativos correlacionados às paisagens do PESH-NSV, desde a perspectiva de

uso racional e responsável associado às atividades turísticas, se destacam aspectos que revelam acentuados níveis de vulnerabilidades ambientais: relevo, hidrografia, perda de biodiversidade, de identidade e tradições culturais, entre os vários aspectos a serem considerados.

Os gradientes relacionados aos processos perceptivos, valorativos e de arraigamento são manifestados nas motivações expressas pelos vários segmentos de população envolvidos nas ações necessárias para a execução dos programas de uso público, projetos de uso sustentável e nas políticas públicas para a conservação do patrimônio paisagístico natural e cultural, assim como também nas ações da própria comunidade no sentido de recuperá-lo enquanto receptáculo de suas memórias individuais e coletivas (TUAN, 1977). Todavia, diferentes motivações geram respostas frequentemente, antagônicas, e assim, paisagens em situações de riscos configuram constelações de valores em choque... (GUIMARÃES, 2007; 2009; 2010; 2011).

Deste modo, a paisagem ressignificada mediante a valoração de seus atributos como um bem ambiental é capturada novamente por olhos já condicionados pela habituação e conseqüente perda da acuidade perceptiva, através da renovação das percepções ambientais decorrentes de um novo experimentar. A paisagem interiorizada (*inscape*) pela emoção e identificação, memorizada por meio das construções de imagens mentais (*mindscapes*), pode ser evocada através dos sons (*soundscapes*), odores (*smellscapes*), entre os diversos estímulos sensoriais proporcionados, e que sempre nos levam a “regressar” aos lugares vivenciados em outros tempos ou espaços. Este ponto é de especial interesse para o turismo em UCs, tendo em vista que pode ser uma motivação significativa para a criação de rotas turísticas constituídas por paisagens visuais, sonoras e olfativas, capazes de “transportar” as pessoas a suas próprias paisagens memoriais, criando laços de identidade e conexão com a paisagem presente, sensibilizando no sentido da assimilação de comportamentos e escalas valorativas pró-ambientais. (GUIMARÃES, 2007; 2011; GUIMARÃES e ROBIM, 2011).

A respeito dos mundos e imagens exteriores e circunscritos nas paisagens que se apresentam diante de nossos olhos, Meinig (1979) considera que estas podem ser muito diferentes das imagens no interior de nossa mente. Analisando as várias percepções de uma mesma paisagem, identificou dez categorias de enfoques, classificadas segundo os elementos e atributos associados, ou modos de interpretação. Estas categorias, em geral, apresentam a paisagem em suas características geográficas, ecológicas, históricas, socioculturais, estéticas, ideológicas e psicológicas, em permanentes e complexas inter-relações multifuncionais. (GUIMARÃES, 2007; 2011).

A paisagem do PESM-NSV percebida como o centro de múltiplos significados individuais e coletivos, revela um horizonte de possibilidades e oportunidades latentes e reais, através da valoração do seu patrimônio material e imaterial, como marco das identidades regionais cultural, territorial e paisagística, demonstradas por meio de atitudes, condutas e compromissos relacionados com a necessidade de conciliação da proteção ambiental com a realização das atividades turísticas, em sincronia. Também devemos recordar que percebemos aspectos e elementos que nos interessam, omitindo muitos outros que não despertam nosso interesse em dado momento, e com frequência podemos observar distintos graus de distorções perceptivas, fato preocupante, sem dúvida, com referência à gestão ambiental participativa e aos conflitos de interesses observados.

Em termos das escalas valorativas, os valores podem ser mutuamente excludentes, isolados, e inclusive competidores, ainda que tenhamos o registro das variações temporais, já que cada época manifesta suas próprias decisões de desenvolvimento socioeconômico e valorações derivadas. A seleção de valores que serão privilegiados apresenta níveis de complexidade entrelaçados, abarcando também a eleição das diretrizes de planejamento e as técnicas de manejo para a conservação da paisagem, tendo em vista que requerem a avaliação de cenários futuros frente às variações paisagísticas sazonais, e que as tornam mais ou menos atrativas ou acessíveis, conforme as demandas das modalidades turísticas, além da decisão de atuar numa visão ecológica que norteie quais direções devem ser

tomadas para alcançar metas concretas e exequíveis. (GUIMARÃES, 2007, 2011; GUIMARÃES e ROBIM, 2011).

A aplicação de algumas das categorias de valoração do meio ambiente propostas por Archibugi et al. (1989), para avaliarmos a multifuncionalidade da paisagem no PESM-NSV, segundo os vários interesses que possam surgir, nos permitiu uma reflexão sobre as distintas possibilidades de análise concernentes às formas de perceber, valorar e fruir a paisagem como um bem ambiental. Neste sentido, podemos então, selecionar as diretrizes valorativas mais adequadas a serem adotadas para cada estudo de caso, assim como suas inter-relações: valor de uso, valor de afastamento do risco, valor de quase-opção, valor moral o existencial, valor de uso virtual, valor de herança.

Ainda sob o prisma da valoração ambiental, Norton (1997) analisa algumas situações em que o meio ambiente é valorado como uma mercadoria e conveniência, considerando ainda o valor moral. Para este autor, devemos atentar para os problemas derivados da irreversibilidade de algumas opções, pois em muitos casos, a tomada de decisões na atualidade é desenvolvida num cenário delimitado pelas condições de incertezas e riscos por desconhecimento. Deste modo, Norton (1997) associa os seguintes valores aos bens ambientais: valor de mercadoria, valor de conveniência (ou comodidade), valor de opção. Estes nos interessam particularmente na análise integrada dos valores objetivos e subjetivos atribuídos à paisagem do NSV, em seu contexto de uso turístico e de conservação ambiental.

De acordo com Ehrenfeld (1997), quando se trata de grandes sistemas abertos, o poder de decidir sobre os valores presentes e futuros, é praticamente inviabilizado diante de certos fatos reconhecidos por sua relevância e amplitude de significados. O autor destaca, sobretudo, os valores de herança, morais e existenciais, atribuídos aos contextos ambientais, tanto em relação a um de seus componentes, enfatizando a cadeia de acontecimentos relacionados com a degradação do meio ambiente, bem como, destacando os aspectos imbuídos de

significados éticos e morais, concernentes às histórias de vida, individuais e coletivas, cuja valoração é incomensurável. (GUIMARÃES, 2007).

Diante da pluralidade dos valores atribuídos ao meio ambiente, se observou que nos processos vinculados com a gestão dos recursos paisagísticos, é de grande relevância para o nosso conhecimento, como uma mesma paisagem natural ou cultural é valorada, segundo as diferentes percepções ambientais e representações sociais. Se percebemos a paisagem como um sistema de relações geológicas, históricas, culturais, o papel da atividade humana torna-se uma das variáveis ativas mais significantes. Assim, não se justifica o desenvolvimento de estudos de partes isoladas, porque temos a interação dos ecossistemas naturais e construídos, conferindo fortemente a identidade das unidades paisagísticas, assim como a identificação das relações que mantém seus elementos para compreender o funcionamento de suas estruturas. (NAVEH, 1993; 1995).

Nestes casos, há que se considerar que os recursos paisagísticos têm valores intrínsecos e extrínsecos aditados, abarcando sua totalidade, visto os numerosos casos de paisagens naturais ou culturais que se mantiveram através do tempo. Para estes aspectos, especialmente para a manutenção das atividades turísticas, devemos considerar seus processos de evolução temporal e a organização espacial de suas atividades socioeconômicas e culturais, a qualidade cênica como legados impregnados de valores subjetivos e objetivos, restauradores dos processos psicobiológicos, e também da fruição de valores estéticos e afetivos. Ao considerarmos estes últimos valores claramente associados aos sentimentos e emoções topofílicos, biofílicos e hidrofílicos, e à nossa capacidade de resiliência psicológica, devemos tanto considerar as várias dimensões da *paisagem visual* e da *paisagem total*, assim como os processos imagéticos positivos e negativos decorrentes. (BERNALDEZ, 1981; MOPT, 1992; WILSON e KELLERT, 1993; BACHELARD, 1957; TUAN, 1974; GUIMARÃES, 2007; 2009; 2011).

Por último, mediante o estudo das escalas de valores significativos derivadas das experiências e percepções ambientais relacionadas com as paisagens

protegidas – em nosso estudo, as paisagens do PESM-NSV – temos efetivamente reflexos nas transformações e mudanças individuais e coletivas dos padrões perceptivos, interpretativos e de comportamento, no sentido da construção e restauração de ambientes e ambiências mais harmoniosas e equilibradas, aliados à conservação dos recursos paisagísticos nacionais, contribuindo para políticas públicas que venham a ser determinadas por uma sustentabilidade econômica, social e ecológica, e, por parte das comunidades envolvidas, pelo compromisso marcado por uma responsabilidade ambiental e social no que tange à proteção do seu próprio patrimônio natural e cultural.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, D. G. **O espaço das águas**: interpretação ambiental visando a conservação dos recursos hídricos. Dissertação (Mestrado em Geografia). Rio Claro: Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2006.

ARCHIBUGI, F. et al. The challenge of sustainable development. In: ARCHIBUGI, F. and NIJKAMP, P. (Eds.). **Economy and ecology**: towards sustainable development. The Netherlands: Kluwer Academic, 1989, p. 1-13.

BACHELARD, G. **La poétique de l'espace**. Paris: Presses Universitaires de France, 1957.

BERNALDEZ, F.G. **Ecología y paisaje**. Madrid: Blume, 1981.

BOSI, A.. Fenomenologia do olhar. In: NOVAES, A. et al. **O olhar**. São Paulo: Cia. das Letras, 1988, p. 77.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, jul. 2000.

BURLE-MARX, R. Recursos paisagísticos do Brasil. In: SUPREN. **Recursos naturais, meio ambiente e poluição**. Rio de Janeiro: IBGE, 1977, p.39-46.

COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL (CEIVAP). **Bacia do Rio Paraíba do Sul - Dados Geoambientais**. (n.d). Disponível em; <http://www.ceivap.org.br/bacia_1_2.php>. Acesso em 03.07.2011.

CONSERVATION INTERNATIONAL. **Biodiversity Hotspots**. Atlantic Forest 2007.

Disponível em:<

http://www.biodiversityhotspots.org/xp/Hotspots/atlantic_forest/Pages/default.aspx>.

Acesso: 13/10/2011.

CUSTÓDIO, H. B. Legislação ambiental e proteção da paisagem, **OLAM – Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, vol.2, n.1, 2002, p.58-94.

ECNC PROJECT. **Monograph on european landscapes**: classification, evaluation and conservation. The Netherlands: European Centre for Nature Conservation, 1997.

EHRENFELD, D. Por que atribuir um valor à biodiversidade? In: WILSON, E. O. (ed). **Biodiversidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p.269-274.

FUNDAÇÃO FLORESTAL DE SÃO PAULO. **Parque Estadual da Serra do Mar**:

Núcleo Santa Virginia. (n.d.). Disponível

em:<<http://www.fflorestal.sp.gov.br/hotsites/hotsite/sobre.php>>. Acesso em

07.08.2011.

GUIMARÃES, S.T.L. Valoração de paisagens: campos de visibilidades e de significâncias, 2011[inédito].

GUIMARÃES, S.T.L. Percepção ambiental: paisagens e valores. **OLAM – Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, vol.9, n.2, 2009. Disponível em: <

<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/article/view/3202>> .

Acesso em 24.06.2011.

GUIMARÃES, S.T.L. **Paisagens**: aprendizados mediante experiências. Um ensaio sobre interpretação e valoração da paisagem. Tese (Livre-docência em Interpretação e Valoração de Paisagens). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 2007.

GUIMARÃES, S.T.L. Planejamento e proteção dos recursos paisagísticos: aspectos relacionados à cognição, percepção e interpretação da paisagem. **OLAM – Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, vol.6, n.1, 2005, p.202-219.

GUIMARÃES, S. T. de L. Dimensões da percepção e interpretação do meio ambiente: vislumbres e sensibilidades das vivências na natureza. **OLAM – Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, vol.5, n.1, 2004, p.202-219.

GUIMARÃES, S. T. de L.; ROBIM, M. de J. Perception and Valuation of Landscapes in Protected Areas. Case Study of the State Park of Serra do Mar (SP), Brazil. **Annals of Regional Geographic Conference UGI-2011**: United and Integrated with the World. Santiago, nov. 2011.

HEISE, D. R. **Surveying cultures**: discovering shared conceptions and sentiments. Hoboken: Wiley, 2010.

INSTITUTO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – IF. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar**, 2006. Disponível em: <http://www.iflorestal.sp.gov.br/Plano_de_manejo/PE_SERRA_MAR/index.asp>. Acesso: 20/09/2011.

INSTITUTO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – IF. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar**, 2006. Disponível em: <http://www.iflorestal.sp.gov.br/Plano_de_manejo/PE_SERRA_MAR/6%20e%207%20Areas%20Prioritarias%20e%20Monitoramento.pdf>. Acesso: 20/09/2011.

LIMA, S. T. Trilhas interpretativas: a aventura de conhecer a paisagem, **Cadernos Paisagem. Paisagens 3**. Rio Claro: UNESP, 1998, p.39-44.

LIMA-GUIMARÃES, S.T. de. Trilhas interpretativas e vivências na Natureza: aspectos relacionados à percepção e interpretação da paisagem, **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, vol.20, n.33, 2010, p.08-19. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/1940/2117>>. Acesso em: 26.06.2011.

MEINING, D. W. (Ed.). **The interpretation of ordinary landscapes: geographical essay's**. Oxford: Oxford University Press, 1979.

MOPT. **Guía para la elaboración de estudios del medio físico**. Contenidos y metodología. Madrid: Ministerio de Obras Públicas y Transportes, 1992.

NAVEH, Z. Interactions of landscapes and cultures, **Landscape and Urban Planning**, vol.32, n.1, 1995, p.43-54.

NAVEH, Z. Red book for threatened mediterranean landscapes as an innovative tool for holistic landscape conservation. Introduction to the western Crete Red Book case study, **Landscape and Urban Planning**, vol.24, n.1-4, 1993, p. 241-247.

NORTON, B. Mercadoria, comodidade e moralidade: os limites da quantificação na avaliação da biodiversidade, In: WILSON, E. O. (Ed). **Biodiversidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 253-260.

OSGOOD, C. E.; MAY, W. H.; MIRON, M. S. (Eds.). **Cross-cultural universals of affective meaning**. Urbana: University of Illinois Press, 1975.

OSGOOD, C.E.; SUCI, G.; TANNENBAUM, P. **The measurement of meaning**. Urbana: University of Illinois Press, 1957.

SEIBERT, P. Seminário manejo da paisagem e mapeamento da vegetação/ Parque Estadual de Campos do Jordão. Instituto Florestal de São Paulo. **Publicação I.F.** 05, 1978.

TUAN, Y-F. **Space and place: the perspective of experience**. Minneapolis: University of Minnesota, 1977.

TUAN, Y-F. **Topophilia: a study of environmental perception, attitudes, values.** New York: Prentice-Hall, 1974.

UNESCO. **Lista do Patrimônio Mundial no Brasil. 2011.** Disponível em:<<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/#c154844>>. Acesso: 23/09/2011.

VILLANI, J. P. **Zona de amortecimento do Parque Estadual da Serra Do Mar – Núcleo Santa Virgínia:** subsídios ao manejo sustentável dos fragmentos de mata atlântica. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Taubaté: Universidade de Taubaté, 2007.

WILSON, E. O.; KELLERT, S.R. (Ed.). **The biophilia hypothesis.** Washington: Island Press/Shearwater Books, 1993.

RESUMO

A análise da percepção e valoração das paisagens de áreas protegidas busca subsidiar os programas de conservação ambiental, devido às interferências antropogênicas diretas e indiretas em relação ao uso turístico e as possíveis formas de uso sustentável dos recursos paisagísticos existentes como atrativos. O estudo de caso cobre as fases de inventário, diagnóstico e prognóstico dos cenários paisagísticos do Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Santa Virginia, configurado como área prioritária para a implementação de programas conservacionistas, devido a sua biodiversidade, pluralidade cultural e constar na relação internacional de áreas *hotspots* e Patrimônio Mundial Natural.

Palavras-chave: Parque Estadual da Serra do Mar. Núcleo Santa Virginia. Percepção e Valoração de Paisagens. Áreas Protegidas. Recursos Paisagísticos. Turismo.

ABSTRACT

The analysis of perception and valuation of landscapes protected areas looks for subsidize environmental conservation programs, due to the direct and indirect anthropogenic interferences in relation to tourist use and the possible forms of sustainable use of existing landscape as attractive. The case study covers the inventory phases, diagnosis and prognosis of the sceneries of the State Park of Serra do Mar, Santa Virginia Nuclei, configured as a priority area for the implementation of conservationists programs due to its biodiversity and cultural diversity and to be listed in the international list of hotspots areas and World Natural Heritage.

Key words: State Park of Serra do Mar. Santa Virginia Nuclei. Landscapes Perception and Valuation. Protected Areas. Landscapes Resources. Tourism.

Informações sobre a autora:

¹Solange T. de Lima-Guimarães – <http://lattes.cnpq.br/6635058136218303>

Possui graduação em Bacharelado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1983), mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1990) e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1996). Livre-docente em Interpretação e Valoração de Paisagens (2007). Atualmente, é professor adjunto do Depto. de Geografia, do Instituto de Geociências

e Ciências Exatas, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, onde exerce a docência desde 1985. Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Percepção, Interpretação e Valoração Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: conservação de recursos paisagísticos naturais e culturais, conservação e preservação ambiental, educação ambiental, áreas protegidas, turismo em UCs, gestão ambiental e recursos hídricos, estudos de risco e impacto ambiental em áreas protegidas, ecologia de paisagens, qualidade ambiental e de vida. Coordenadora do Laboratório de Interpretação e Valoração Ambiental do Depto. de Geografia, IGCE-UNESP, campus de Rio Claro, estado de São Paulo, Brasil.

Contato: hadra@uol.com.br